

ATA N.º 25/04 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2004, reuniu-se às dezenove horas no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em Plenária Ordinária com os seguintes Conselheiros presentes: **Titulares:** Oscar Paniz, Darci Azevedo, Riograndino de Oliveira, Darci Dias, Deoclides de Almeida, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnación Ortega, Regina Lender, Elen Borba, Ana Cirne, Glauciara Maria Oliveira Benites, Mariza Waschburger, Paula Fiori, Ana Maria Moreira, Maria da Graça Labrea, Isis da Silveira, Alair Rosinete da Silva, Alcides Pozzobon, Roger Rosa, Márcia Nunes, Nei Carvalho. **Suplentes:** Valdir Gomes, Maria Letícia Garcia, Jaci dos Santos, Humberto Scorza, Lísia Gabe, Luciano Dutra. **Falta Justificada:** Alair Rosinete, Ana Maria Moreira e Ângela Nunes. Leitura da Ata resumida nº 24 pela Vice-Coordenadora Ana Cirne, que após lida foi aprovada por 15 votos favoráveis, 04 abstenções e nenhum contrário. 1) Informes: a) O Coordenador Nei Carvalho lembra a combinação de não ocorrer plenária dia 23-12-04, mas que entraram vários projetos neste período, que envolvem recursos e necessitam parecer do CMS até 31-12-04. O Sr. Humberto Scorza diz que a plenária é soberana e quando decidiu que não haveria extraordinária estava diante dos fatos do dia. O Sr. Deoclides Almeida pergunta qual a urgência dos mesmos. A Sra. Alair Rosinete Silva diz se os projetos da Santa Casa prevêm o cumprimento da convenção coletiva de trabalho que há 8 anos a instituição não atende. O Sr. João Menezes diz que os TSs não podem adoecer na Santa Casa. O Sr. Humberto Scorza sugere plenária exclusiva sobre os TSs, mas agora a discussão é outra. A Sra. Ana Boll fala que o GHC não remeteu os documentos aos conselheiros. Não se pede espaço exclusivo para o GHC, mas se existe possibilidade de extraordinária a SMS pautará o GHC. Colocada em votação, a proposta de plenária extraordinária em 28-12-04 foi aprovada por 19 votos favoráveis, 04 abstenções e 05 contrário. O prazo mínimo pelo Resolução CMS 36/04 é para o dia 28-12-04, terça-feira. A SETEC fez parecer sobre o GHC remetendo-o para os CDSs. Ou o GHC vem para o dia 28 ou vai para os CDSs. A Sra. Ana Boll reforça que a plenária é soberana para decidir se vai apreciar o GHC no dia 28 e verificar se está habilitada para votar. O Sr. Antonio Tolla fala que se a plenária remete aos CDSs o CMS terá que aguardar os CDSs. O Sr. Darci Azevedo e a Sra. Maria Encarnacion Ortega informam que os CDSs já encerraram as atividades de 2004. A Sra. Elen Borba fala que os CDSs terão que ter extraordinária. A Sra. Maria Ivone Dill informa que o CDS - Leste já tem pauta em janeiro e em fevereiro está de férias. O GHC tem que assumir a contratação dos TSs, conforme previa o convênio aprovado no CMS, sendo aplaudida. O Sr. Humberto Scorza pergunta se tem prazo, para o GHC lhe parece que não. Não vê porque perder tanto tempo com o GHC, neste momento. Já está aprovado pelo CMS, não precisa vir dia 28-12-04. O Sr. Paulo Ferreira do CDS Norte reforça que não é preciso atropelar, pois o presidente Lula assinou Medida Provisória, permitindo contratação de TSs para a Saúde. A Sra. Maria Encarnacion Ortega lamenta a manifestação da SETEC de que se os CDSs não fizerem extraordinária, não têm interesse de apreciar. É preciso que a comunidade participe desta discussão. O Sr. Deoclides Almeida diz que o GHC tem que respeitar este Conselho. A Sra. Ana Boll considera incorreto o CMS vedar uma pauta. Colocada em votação a apreciação da Readequação do Convênio SMS X GHC na plenária extraordinária de 28-12-04 foi recusada por 18 votos contrários, 05 abstenções e 04 favoráveis. Se entrarem outros projetos que atendam ao prazo de 7 dias, há condições de incluir para o dia 28-12-04. **2) Pauta:** A) Plano de Aplicação I CRST. Incentivo da Rede Nacional. Parecer SETEC 74/04 – Plano de Aplicação de Recursos do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, valor de R\$ 527.000,00- Recursos do Fundo Nacional de Saúde, para

50 utilização em RH, vigilância, equipamentos e atendimento para Saúde do Trabalhador. A
51 CRST não está negociando porque o estado não repassou recursos para o aumento da
52 equipe desde 2002. Quando os 3 entes entrarem com recursos atenderá 48 municípios,
53 Zilda Martins pergunta como anda a fiscalização dos Ambientes de Trabalho e a ADIN.
54 Ana Boll informa que a ADIN está no Supremo Tribunal e o Relator na Câmara dos
55 Deputados é o Sr. Tarcísio Zimmermann. O Sr. Humberto Scorza refere que mais do que
56 nunca a Comissão de Saúde do Trabalhador precisa se organizar. O Coordenador Nei
57 Carvalho informa a estruturação da CST, espera que os TSs participem. Reuniões todas
58 as 5º feiras às 17, 30. O Sr. João Menezes sugere que se discuta o Assédio Moral na
59 CST. Colocado em votação o Plano de Aplicação em Saúde do Trabalhador foi aprovado
60 por 30 votos favoráveis, sem contrários e abstenções. B) **A Emenda Parlamentar do**
61 **senador Paulo Paim para a Maternidade Mário Totta Dr. Sérgio Pilla Grossi e**
62 **Rosana Peres analista de projetos**, Dr. Leonardo Fernandes explicam as necessidades
63 para a unidade com 42 leitos sendo 16 leitos, de UTI. Ana Moreira fala que na
64 Maternidade Mário Totta 89% atende ao SUS. A Sra. Rosana Peres diz que todo recurso
65 do MS é auditado, caso contrário não estaria sequer habilitado perante o MS. Após
66 auditoria o MS envia relatório. Trata-se de reposição de equipamentos. A Sra. Maria
67 Encarnacion Ortega, qual o % destinado para POA. Dr. Sérgio Pilla Grossi diz que
68 atendem a todos que chegam. Se chega parindo tem que atender. De 35 a 40% são
69 região metropolitana. Idem nas emergências. O Sr. Humberto Scorza destaca a finalidade
70 da Maternidade e considera que a importante a CF acompanhe. Lamenta que a Santa
71 Casa esteja distante da população. A Sra. Lígia SINFARS a auditoria é marcada com
72 antecedência a equipe da Comissão de Fiscalização do CMS não avisa suas visitas aos
73 locais. A emergência tem 7 leitos, 16% da ocupação com risco de vida, 40% compensam
74 na emergência e voltam para casa. O Desfibrilador atual não possui nem cardioversão e
75 nem marcapasso acoplado. A emergência do SUS é porta de entrada para o complexo.
76 Viamão começou a funcionar mais então caem a demanda na Santa Casa. Parecer
77 SETEC nº 80/04 – Santa Casa, no valor de R\$ 56.000,00 – Recursos da Emenda
78 Parlamentar do Senador Paulo Paim. Colocada em votação foi aprovada por 32 votos
79 favoráveis, 01 contrário e sem abstenção. C) Projeto Vulnerabilidade – FAURGS.
80 Levantamento de causa dos mortes e vinculação para a mídia pela Rede Vivo e com
81 elaboração dos documentos técnicos sobre as mortes no Brasil. O Sr. CITOLIN
82 parabeniza a SMS que semanalmente informa as causas de óbito nas USs. A Fome Zero
83 tem que trabalhar o emprego. O Sr. Darci Dias sugere que se substitua o piche por
84 cimento nas faixas de segurança. O Sr. Labatut sugere que o estudo incorpore causas de
85 óbitos no trânsito. A pesquisa dará subsídios a SMS para políticas públicas. Parecer
86 SETEC nº 79/04 – **Projeto de Prevenção da Violência da FAURGS, valor de R\$**
87 **100.000,00- Recursos do Ministério da Saúde.** Colocado em votação foi aprovado por
88 25 votos favoráveis, 02 abstenções e nenhum contrário. D) Residência em Saúde Mental
89 A Sra. Simone informa que em agosto reunião em POA com vários Municípios que
90 encontrou Residência Integrada em Saúde -colocando em pauta na Comissão de saúde
91 Mental em novembro. São 24 meses 02 vagas/medicina/assistência social/etc.. sendo
92 substituído por Projeto Aperfeiçoamento em Saúde Mental. O Dr. Régis Cruz do HPS,
93 será o coordenador do curso junto ao MS. A Sra. Ana Moreira vê com satisfação a
94 mudança pois não existe, pelo CREMERS, a especialidade em Saúde Mental e sim em
95 Psiquiatria. Considera a carga horária de 60 horas semanais excessiva. O Sr. Humberto
96 Scorza diz que a Saúde Mental tem muita projeção mas não se consegue acesso por
97 esbarrar-se em uma série de dificuldades. Capacitar é bom diz ele, mas é preciso investir
98 em infra-estrutura para o atendimento em Saúde Mental e alcoolismo. A Sra. Zilda

99 Martins fala que diminuem-se leitos mas não aumenta o atendimento em ambulatório
100 para a Saúde Mental. A proposta, diz o Dr. Régis Cruz baseia-se nas experiências
101 anteriores dos proponentes que identificaram 60 h/semana como CH, até insuficiente,
102 conforme o caso. O Sr. Régis Cruz lembra que no Projeto São Pedro Cidadão foram
103 investidos mais de 3 milhões de reais. O perfil da Saúde Mental só é modificado com
104 investimento e pessoas capacitadas. A PMPA promoveu curso em Saúde Mental ao TSs
105 que trabalham dentro da proposta da Reforma Psiquiátrica. A Sra. Lísia Gabe refere a
106 ausência de Farmacêutico no Projeto Residência. O Dr. Hans Ingomar Scherren fala que
107 a Comissão de Saúde Mental do CMS tem a finalidade de avaliar Política de Saúde
108 Mental. Em janeiro de 2004 foi apresentada a Atualização em Saúde Mental ao CMS não
109 tendo sido enviada antes à Comissão. O CMS recebeu o documento sobre a atualização
110 em Saúde Mental em 26-02-04. A ASSEPLA/SMS pediu pauta sobre a Política de Saúde
111 Mental em novembro. A Comissão analisou a proposta apresentada e encaminhou a
112 solicitação de detalhamentos quanto a grade curricular, quadro técnico, critérios para a
113 preceptoria, locais de estágio, etc. Em 25-11-04 foi publicado o edital para o processo
114 seletivo de Residência em Saúde Mental. A Comissão compete bloquear as ações de
115 afogadilho e assegurar de que todos os elementos foram identificados. A SMS pode estar
116 fazendo convênios e formação com outros cursos em entidades já existentes. O Dr. Hans
117 Ingomar destaca o trabalho da ASSEPLA/Saúde Mental em transformar em ação a
118 Política. A Sra. Zilda Martins pergunta como articular o SAMU com a Saúde Mental. A
119 ASSEPLA diz que os TSs têm dificuldade de atuar no CAPS. Para amplia-los só com TSs
120 capacitados. A grade curricular foi inspirada no modelo de Salvador, Porto Alegre e
121 Campinas. Foi acordado que a Comissão de Saúde Mental do CMS será incluída nas
122 discussões. Colocada em votação a alteração de Residência em Saúde Mental para
123 Aperfeiçoamento em Saúde Mental foi aprovada por 17 votos favoráveis, nenhum
124 contrário e sem abstenções. **Pauta D) Relatório de Prestação de Contas do 3º**
125 **Trimestre 2004.** A Sra. Juliana Corrêa apresenta o relatório que consta em anexo . Existe
126 carência de médicos em 8 PSF. Os dados sobre medicamentos fecham no quadrimestre,
127 por isso que nem sempre aparecem no relatório trimestral. O Sr. Darci Azevedo acusa
128 falta de medicamentos na região Eixo/Baltazar. Ana Cirne refere que o Lami recebeu
129 apenas 1/5 de suas necessidades, ocorrendo um desabastecimento geral. A Secretária
130 Ana Boll apresenta o Relatório de Prestação de Contas do Projeto Parceria Resolve do
131 Município, aprovado em abril no CMS e apresentando o executado, os rendimentos e as
132 demandas a cumprir. Os recursos do OP Estadual foram parcelados em 44 vezes.
133 Aumentam a cobertura das consultas de pré-natal para 67% dos casos. Os RNs
134 consultam em média com 10 dias e as puérperas com 15 dias. O agendamento com a
135 regionalização, está fechando em 100% do solicitado. O Sr. Darci Azevedo pergunta
136 sobre as obras do PSF Cordeiro. A Secretária Ana Boll fica de verificar se houve recurso
137 na licitação. A SMS comprometeu-se de cumprir todas as demandas reprimidas do OP
138 mesmo que tivesse de arcar com os recursos próprios, perante a plenária do CMS. O Sr.
139 Citolin do GHC indaga se os recursos do GHC passam aqui no CMS. A Sra. Juliana
140 Corrêa esclarece que a produção hospitalar é dos próprios mas não incluem as USs
141 comunitárias do GHC nem do Murialdo. Colocado em votação o relatório de Prestação de
142 Contas do 3º trimestre de 2004 foi aprovado por 17 votos favoráveis, sem abstenções e
143 contrários. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 22,40 horas e dela eu,
144 Eliana Aguiar de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo
145 Coordenador. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2004.

146

147
148

Nei Carvalho
Coordenador do CMS/POA

Eliana Aguiar de Carvalho
Secretária Executiva do CMS/POA